

<p>JOURNAL ex æquo</p> <p>Edições Afrontamento APEM</p> <p>Dossier Desafios feministas ao Direito: resistências e possibilidades</p> <p>Editoras: Madalena Duarte (Centro de Estudos Sociais/Univ Coimbra, Faculdade de Economia) (Portugal). Teresa Pizarro Beleza (NOVA School of Law) (Portugal)</p> <p>PRAZO PARA A SUBMISSÃO DE ARTIGOS: 3 JANEIRO 2022 (a publicar em junho de 2022)</p>	<p>Indexed in:</p> <p>Scopus</p> <p>SciELO Portugal</p> <p>Clarivate Analytics Web of Science Trust the difference</p> <p>DOAJ DIRECTORY OF OPEN ACCESS JOURNALS</p> <p>ERIH PLUS EUROPEAN REFERENCE INDEX FOR THE HUMANITIES AND SOCIAL SCIENCES</p> <p>latindex Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal</p>
--	---

ex æquo

é uma revista internacional publicada semestralmente desde 1999, editada pela Associação de Estudos sobre as Mulheres – APEM, em colaboração com as Edições Afrontamento. (<https://exaequo.apem-estudos.org/>)

Opinião sobre a *ex æquo*: *“The journal consistently includes articles that are scientifically sound and relevant to an international academic or professional audience in this field.”* Scopus Content Selection & Advisory Board

A submissão de artigos e resenhas não temáticos está permanentemente aberta.

Resumo:

Nos últimos anos, o direito, e em particular os tribunais, têm sido submetidos a um maior escrutínio por parte da opinião pública no que se refere ao tratamento jurídico e judicial das questões de género. Por um lado, é notória (e preocupante) a expressão e força que está a ganhar, em vários países, uma reação conservadora que tem como objetivo o retrocesso nos

direitos das mulheres em várias áreas. Por outro, mesmo nos países com quadros jurídicos normativos nacionais promotores da igualdade de género, assistimos a práticas judiciais que corrompem os direitos existentes.

Em Portugal, a recente atenção mediática dada a sentenças judiciais, sobretudo na área penal, que desvalorizam determinados tipos de violência, demonizam a sexualidade feminina, culpabilizam a vítima com base em modelos estereotipados de feminilidade e recorrem a argumentos conservadores e misóginos para a atenuação de penas, contribuiu para uma maior vigilância social da atuação dos tribunais nesta matéria. O presente número temático pretende ser um contributo para que este debate seja cientificamente informado, ou seja, para uma reflexão crítica, multidisciplinar e interseccional sobre o direito.

Este tem sido, na verdade, o papel das teorias feministas do direito (amplamente divulgadas sobretudo no mundo anglo-saxónico, mas ainda com uma parca expressão em Portugal). A preocupação feminista com o direito assumiu contornos mais visíveis no meio judiciário e académico no início da década de 1970, nos EUA, com os contributos de um conjunto de autoras em revistas científicas e jurídicas, colóquios, etc., que evidenciou a necessidade de contestar o conhecimento produzido no e pelo direito e contribuiu para o desenvolvimento de uma corrente de pensamento sobre o direito estatal que veio a ser conhecida como *Feminist Jurisprudence* (em português, Teoria Feminista do Direito).

É consensual entre os diversos feminismos que o direito tem historicamente contribuído para a perpetuação, legitimação e/ou reprodução das relações heteropatriarcais, abrindo espaço para diferentes formas de subalternização. É certo que tem igualmente permitido conquistas jurídicas inegáveis no combate à discriminação de género; mas qual tem sido o impacto prático dessas conquistas?

Este é um cenário desafiante para as teorias feministas do direito porque, por um lado, os feminismos parecem incapazes de tornarem, por si só, o direito mais emancipatório mas, por outro, o direito, embora com muitas limitações, tem contribuído para a melhoria das condições de vida de muitas mulheres.

É, pois, fundamental aprofundar uma reflexão feminista do direito que permita desconstruí-lo, compreender a construção da sua matriz sustentada pelo (e que sustenta o) *status quo* heteropatriarcal e que aponte caminhos de possibilidades para uma efetiva proteção e promoção dos direitos das mulheres face aos múltiplos sistemas de opressão que as invisibilizam, excluem e subalternizam.

Neste número temático, intitulado “*Desafios feministas ao Direito: resistências e possibilidades*”, pretende-se integrar artigos que apresentem uma abordagem feminista do direito, possibilitando um espaço internacional e interdisciplinar de reflexão teórica e crítica, de mapeamento de desafios conceptuais e metodológicos e de aprofundamento de um conjunto de discussões fundamentais relacionando diferentes áreas do direito, estatal e não estatal, **com o género, a sexualidade e os feminismos**.

Temas possíveis incluem:

- feminismos e direito internacional
- mobilização do direito pelos movimentos feministas
- direitos humanos
- direito da família
- direitos sexuais e reprodutivos
- direito e violência sexual e de género
- direitos sexuais
- discriminação laboral
- criminologia feminista
- direito e interseccionalidade
- direitos LGBTIQ+
- epistemologias e metodologias feministas no direito

Esta lista não pretende ser exaustiva. Encoraja-se, portanto, a apresentação de outras propostas que se enquadrem no tema do dossiê. Aceitam-se textos em português, inglês, espanhol e francês.

Prazo de envio:

Envio de artigos, com escrupuloso cumprimento das normas da revista apresentadas em [Http://www.apem-estudos.org/pt/page/submissao-de-artigos](http://www.apem-estudos.org/pt/page/submissao-de-artigos), até **3 de janeiro de 2022**, para o endereço apem1991@gmail.com.

Os textos que não respeitarem as normas quanto à extensão, à formatação e ao modo de citar e referenciar as fontes bibliográficas serão excluídos numa primeira triagem antes de serem submetidos a arbitragem científica.

No prazo de quatro semanas após a data limite de receção, as/os autoras/es receberão a informação sobre os resultados da primeira triagem e a passagem à etapa seguinte, isto é, da submissão, sob anonimato, à dupla arbitragem científica do texto.

A data prevista de publicação deste número é junho de 2022.

ex æquo

A *ex æquo* dirige-se a um público internacional, aceitando manuscritos submetidos em Português, Inglês, Francês e Espanhol, de vários países. Tem como objetivo assegurar a publicação de originais que contribuam de forma significativa para o avanço do conhecimento na área dos Estudos sobre as Mulheres, Feministas e de Género.

Os artigos enviados à *ex æquo* para publicação são submetidos, sob anonimato, a um processo de dupla arbitragem independente (double blind peer review) por especialistas a nível nacional e internacional na respetiva área em que o texto se enquadra ou referencia. A *ex æquo* é patrocinada pela Fundação Portuguesa de Ciência e Tecnologia (FCT).



Ultimo número publicado:

ex æquo
REVISTA DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE ESTUDOS SOBRE AS MULHERES
N.º 43 | 2021

DOSSIER: DIÁLOGOS FEMINISTAS SOBRE MASCULINIDADES: EXPERIÊNCIAS, DESAFIOS E HORIZONTES

APRESENTAÇÃO, MASCULINIDADES EM DEBATE. *Bokeo Alonso Fernández de Avilés e Tatiana Moura*

ANTROPOCENO PATRIARCAL, PETRO-MASCULINIDADES E MASCULINIDADES INDUSTRIAIS: DIÁLOGOS FEMINISTAS SOBRE A CRISE CLIMÁTICA. *Mariana Riquito*

A EVOLUÇÃO DE LA MASCULINIDAD EN DISNEY A TRAVÉS DE LA BELLA Y LA BESTIA: DE LA VERSIÓN ANIMADA DE KIRK WISE Y GARY TROVISALE (1991) A LA DE ACCIÓN REAL DE BILL CONDON (2007). *Nerea Cuenca Orellana e Natalia Martínez Pérez*

ANÁLISIS DE LA INCORPORACIÓN DE LOS HOMBRES Y LAS MASCULINIDADES EN LOS PLANES ESTRATÉGICOS DE IGUALDAD EN ESPAÑA. *Bokeo Alonso Fernández de Avilés*

REIMAGINANDO OS CONTOINHOS DE GÉNERO: INTERVENÇÕES ARTÍSTICAS NO CAMPO DAS MASCULINIDADES. *André Gil, Isabela Souza da Silva, Marta Fernández e Tatiana Moura*

HOMOSOCIEDAD Y SECRETISMO EN LA EXPERIENCIA DE LOS HOMBRES QUE CONSUMEN PROSTITUCIÓN EN ESPAÑA *Beatriz Ranea Triviño*

PROSTITUCIÓN Y CONFINAMIENTO: EL PUTERO 2.0. *Agueda Gómez Suárez e Rosa Mª Verdugo Matés*

(DES)CONSTRUÇÃO DE MASCULINIDADES DE HOMENS TRANS, ENTRE PORTUGAL E BRASIL. *Maíde Soares, Catarina Moreira, Liliana Rodrigues e Conceição Nogueira*

ESTUDOS E ENSAIOS

IA I REPÚBLICA PORTUGUESA Y LA II REPÚBLICA ESPAÑOLA EN PERSPECTIVA DE GÉNERO. ESTUDIO COMPARADO. *Maria de la Paz Pando Ballsteros*

SALUD Y POBLACIÓN LGBTI+ EN CHILE: DESDE LA INVISIBILIDAD A UN ENFOQUE IDENTITARIO. *Caterine Galaz, Catalina Álvarez Martínez-Conde e Rodolfo Morrison*

JOANA SEMIÃO, 'HOMO DECONOMICS E HOMO POLITICS': URGINDO UMA EPISTEMOLOGIA "TOLERANTE" MOÇAMBICANA. *Dulce Maria Passades Pereira*

RECOMENDOS

Problemas de género, de Judith Butler. Lisboa: Orfeu Negro, 2017, 319 pp. Ermetinda Liberato

The Positioning and Making of Female Professors: Pushing Career Advancement Open, edited by Rowena Murray & Denise Mitsud. Palgrave Studies in Gender and Education. Palgrave Macmillan, 2019, 241 pp. Sofia Castanhela Pais

Mulheres Invisíveis, Como os dados configuram o mundo feito para os homens, de Caroline Criado Perez. Lisboa: Relógio D'Água, 2020, 392 pp. Rosa Loureiro

Bisexuality in Europe: Sexual Citizenship, Romantic Relationships, and Bi+ Identities, editado por Emiel Maillepaard e Renate Baumgartner. London: Routledge, 2020, 222 pp. Mafalda Esteves

15€
PUBLICAÇÃO SEMESTRAL

43
2021

APEM | FCT | Edições Afrontamento | APEM